


## O ensino de Relações Internacionais nos cursos de Administração Pública nas universidades estaduais brasileiras

Bruna Ayumi Ito \*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

\*Autor correspondente. E-mail: brunaayumiito@gmail.com

### Resumo

Este trabalho examina a inclusão de temáticas referentes ao campo de Relações Internacionais nos cursos de bacharelado em Administração Pública, tendo como objetivo principal a caracterização da presença do ensino deste tema nos currículos das instituições estaduais de ensino superior no Brasil. Considerando o contexto de globalização e as reações, tanto favoráveis quanto desfavoráveis, vivenciadas pelos países, em especial os periféricos como o Brasil, é fundamental discutir a conjuntura das Relações Internacionais na esfera da Administração Pública, tornando evidente a importância dos gestores públicos terem uma formação que promova a compreensão do contexto brasileiro dentro desse panorama e da influência das Relações Internacionais no desenvolvimento nacional e nas políticas públicas do país. Adicionalmente, apesar de sua relevância, essa temática é pouco explorada no meio acadêmico, conforme retratado em literatura especializada, o que justifica a motivação para a realização deste estudo. Como primeiro passo, em função de a presente pesquisa fazer parte de um esforço maior que abrangerá todas as universidades brasileiras, decidiu-se restringir a análise às universidades estaduais. Dessa forma, a pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, começou com uma revisão da literatura que auxiliaria na compreensão da relevância das relações exteriores para a Administração Pública e, em seguida, prosseguiu com a coleta e análise das ementas disciplinares, com o intuito de identificar e examinar sua presença. Os resultados indicam uma lacuna a ser investigada em relação à profundidade e à aplicação de conhecimentos sobre o contexto global em áreas que não são de caráter econômico, as quais, em comparação, obtiveram uma presença significativamente menor. Por fim, por meio da presente pesquisa espera-se contribuir para uma melhor compreensão da importância e do lugar das Relações Internacionais na formação acadêmica dos administradores públicos.

**Palavras-chaves:** Administração Pública, Brasil, Ensino, Relações Internacionais

## 1. Introdução

A discussão das Relações Internacionais (RI) é um assunto relativamente novo e ainda tratado de forma inicial nos cursos de Administração Pública no país. Nesse sentido, embora não afirmem diretamente que há poucos estudos acadêmicos sobre a inserção das RI na Administração Pública, autores como Bitencourt, Severo e Gallon (2014) e Duque (2006) mostram, de forma indireta, que essa lacuna realmente existe. Bitencourt, Severo e Gallon (2014) ressaltam como a globalização impacta diversos setores, como economia, política e cultura, influenciando as dinâmicas internas dos Estados e, por consequência, a gestão pública<sup>1</sup>. No entanto, ao não discutirem especificamente a formação acadêmica dos administradores públicos nesse cenário, os autores acabam reforçando a ideia de que essa dimensão internacional ainda não está totalmente integrada no campo da Administração Pública. Da mesma forma, Duque (2006) defende que é importante incluir conteúdos básicos de RI nos cursos de Gestão Pública, especialmente em países em desenvolvimento, e essa ideia sugere que esses temas ainda não fazem parte da formação padrão desses profissionais, o que revela uma falta de atenção institucional e acadêmica a essa área. Assim, pode-se inferir, com base na referida literatura, que as RI ainda são tratadas como um assunto secundário nos estudos e currículos da Administração Pública no Brasil.

Contudo, a incorporação desse campo é crucial para oferecer bases teóricas e práticas que capacitem gestores públicos a compreender as dinâmicas globais, a interdependência entre os Estados e os impactos dessas relações na formulação e execução de políticas públicas. O Brasil, por exemplo, também tem desempenhado um papel significativo ao exportar políticas públicas reconhecidas como bem-sucedidas, como os programas Fome Zero e Bolsa Família, que se tornaram referência internacional e essa posição reforça a necessidade de gestores públicos que estejam preparados para dialogar com diferentes atores globais e liderar iniciativas que conectem as demandas locais às agendas internacionais. Assim, não considerar as RI um fator que atravessam as dinâmicas da administração é fazer uma análise falha ou incompleta e, por isso, fica clara a necessidade de os administradores entenderem o contexto internacional (Bitencourt, Severo e Gallon 2014).

Nesse sentido, a crescente inserção do Brasil em blocos regionais, como o Mercosul, e sua atuação em foros multilaterais, como o BRICS<sup>2</sup> e a Organização das Nações Unidas (ONU), evidenciam a necessidade de um conhecimento sólido sobre os processos internacionais, que influenciam diretamente o desenvolvimento social, econômico e político do país. Adicionalmente, no mundo globalizado, existem questões como mudanças climáticas, pandemias e acordos comerciais transnacionais que têm ampliado a importância de formar gestores aptos a lidar com desafios que extrapolam as fronteiras nacionais.

Embora essa relevância que as RI portam para a Administração Pública seja incontestável, observa-se que seu ensino nos cursos da área ainda é limitado e carente de maior sistematização. Em virtude disso, esse cenário levanta a problemática central deste estudo<sup>3</sup>: como caracterizar a presença, na atualidade, do ensino de RI nos currí-

---

1. Neste trabalho, os termos “Administração Pública” e “Gestão Pública” são utilizados indistintamente.

2. Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

3. O presente artigo decorre da pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Granato, realizada, no

culos de Administração Pública das instituições estaduais<sup>4</sup> de ensino superior no Brasil? A partir deste problema de pesquisa, restrito ao universo das universidades estaduais, o estudo tem como objetivo principal analisar de que forma se estabelece a presença a forma como esse campo do saber está integrado nos currículos de Administração Pública dessas instituições.

A relevância deste tema é reforçada e justificada mais uma vez pelo contexto global atual, no qual a interdependência entre os Estados é cada vez mais evidente e que os problemas globais demandam soluções coordenadas e integradas, capazes de articular esforços nacionais e internacionais. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo terceiro, estabelece como objetivo fundamental o desenvolvimento nacional, colocando a Administração Pública como elemento essencial para promover políticas públicas alinhadas às necessidades internas e às demandas globais.

Sob uma perspectiva estratégica, a integração das RI nos cursos de Administração Pública potencializa a capacidade do Brasil de atuar de forma mais eficiente em um cenário internacional cada vez mais complexo e interconectado. Ao preparar gestores públicos com uma visão crítica e multidimensional das dinâmicas globais, será possível enfrentar os desafios do século XXI de melhor maneira garantindo que o país continue a desempenhar um papel relevante no cenário global enquanto promove o desenvolvimento sustentável e inclusivo no plano nacional.

No relativo à estrutura do presente artigo, além desta Introdução, o trabalho se divide em duas partes. Na primeira parte é discutida a importância dos conhecimentos de RI na formação de gestores públicos, enquanto na segunda parte é analisado como se estabelece a presença dos referidos conteúdos nos cursos de bacharelado em Administração Pública das universidades estaduais brasileiras. Finalmente, são formuladas considerações finais.

## 2. Administração Pública e RI: conexões necessárias

No âmbito internacional, principalmente para países como o Brasil, é fundamental reconhecer os desafios impostos pela globalização e os cenários complexos que ela engloba. No mesmo sentido, ao mesmo tempo que a globalização representa uma grande força benéfica no avanço comercial e tecnológico, ela pode despertar reações favoráveis e desfavoráveis, consequentes da força do imperialismo capitalista sobre o qual ela atende, e que explora e oprime as características dos países periféricos (como o Brasil). Por isso, é essencial que se estude, dentro da Administração Pública, as relações de poder dentro do sistema internacional atual, tendo em vista não só as relações comerciais, mas o funcionamento de relações de interesse e de hierarquia da conjuntura global, para que se desempenhe um melhor planejamento e uma melhor performance internacional, em busca do desenvolvimento integral brasileiro (Bitencourt, Severo e Gallon 2014).

---

âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICVOL) e ao Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC).

4. Cabe esclarecer, nesse sentido, que a pesquisa da qual decorre este artigo integra um esforço coletivo de pesquisa maior que busca analisar como o ensino de RI se estabelece nos currículos do Campo de Públicas no Brasil, nomenclatura essa referida ao campo de formação, pesquisa e atuação profissional que congrega os cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social.

Entretanto, é relevante reconhecer que o Brasil não é totalmente dependente de outros países na conjuntura internacional. Na verdade, o país tem buscado cada vez mais formas de engajamento político autônomo, por exemplo, por meio de blocos e alianças, como o BRICS e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que são esforços que desafiam a hegemonia das nações imperialistas e promovem a integração regional, ou por meio de acordos bilaterais que visam o avanço de inovações que beneficiam a sociedade. Essas iniciativas demonstram a busca brasileira por uma posição de maior autonomia e menor dependência nas RI, expressando o reconhecimento dado à importância delas para não apenas o âmbito econômico, mas também social e político. Desse modo, essa legitimação da relevância das RI exprime a crucialidade delas para o compromisso com o desenvolvimento nacional, que busca na cooperação internacional e nos conhecimentos globais os progressos que afetam de forma direta na política interna de desenvolvimento.

Este lugar de importância que o contexto internacional carrega dentro da Administração Pública para o desenvolvimento nacional pode ser visto na definição de Administração Pública como estrutura executora da atividade estatal e interestatal, que enfatiza a indispensabilidade de uma interação estruturada, tanto interna quanto internacional, de gestão especializada e técnico-científica do serviço público-administrativo, visando atender necessidades públicas. Dessa forma, a Gestão Pública é vista de maneira abrangente e global, destinada à execução do interesse público interno e externo, em consonância com a inevitável inserção do Estado na comunidade global, que tem como objetivo atender ao interesse público e as necessidades coletivas nacionais e internacionais (Gualazzi 1985, p.11).

Sobre isso, tem-se que o conceito de desenvolvimento nacional é algo amplo e ainda muito discutido, seu significado perpassa por dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e, acima de tudo, públicas. Essa multidimensionalidade carrega em si uma certa ambiguidade acerca dos caminhos a serem tomados para que algo seja considerado como desenvolvimento. Acerca disso, o economista e filósofo indiano Amartya Sen (1999) propõe uma abordagem sobre o tema que vai além das tradicionais medidas econômicas de desenvolvimento, mas que envolve a expansão das liberdades humanas para o aumento das capacidades coletivas em sociedade. O referido autor ainda reflete sobre a necessidade da extinção das variadas formas de privação de liberdade, que incluem a pobreza, a tirania, as oportunidades econômicas limitadas, a privação social sistemática e a negligência das instalações públicas, para que haja o efetivo desenvolvimento nacional.

Essa perspectiva traz à tona a importância da Administração Pública para o desenvolvimento do país, pois ela desempenha uma função essencial para a criação e implementação de políticas e ações que têm como objetivo a mitigação destas privações e a promoção de um ambiente favorável à ampliação das liberdades. Sobre isso, Pritchett (2021) desenvolve que o desenvolvimento nacional envolve também o fortalecimento das capacidades administrativas, relacionando que, uma economia produtiva, uma gestão eficaz e um governo responsivo são componentes essenciais para que países em desenvolvimento possam melhorar significativamente suas condições de vida, atendendo tanto às necessidades básicas como promovendo oportunidades de inclusão social, ou seja, de devido acesso às liberdades.

Nesse cenário, a Administração Pública, e, conseqüentemente, o administrador público, tornam-se centrais na discussão a respeito do progresso brasileiro. Os profissionais da Gestão Pública são responsáveis por garantir uma logística eficiente ao traduzir políticas públicas, que visam o desenvolvimento nacional, em ações concretas, portanto, suas competências, sua formação e sua capacitação são questões fundamentais para este tema. Logo, o profissional que exerce a função de gestor público formula, implementa e avalia iniciativas públicas, em esfera nacional ou internacional, em prol da comunidade política que serve (Vieira 2023, p.54).

Visto isso, o próprio Ministério da Educação (MEC) reconhece, desde o início do ano de 2014, a partir da posição das Diretrizes Curriculares dos cursos de bacharelado de Administração Pública, que o administrador público necessita de uma formação que desenvolva suas capacidades críticas, analíticas, e que promova o compromisso com o desenvolvimento nacional. Então, neste sentido, o Artigo 5º das Diretrizes Nacionais Curriculares de Administração Pública possui pontos importantes a serem considerados. Este artigo salienta a indispensabilidade de os projetos pedagógicos de curso possuírem a incorporação de conteúdos que demonstrem, com uma visão histórica e contextualizada, comprometimento com os valores públicos, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural. Ele indica que os cursos de bacharelado têm de promover uma percepção composta de aspectos econômicos, sociais, ambientais, comunicativos e históricos, para que assim, desenvolvam habilidades que condizem com o compromisso ligado ao progresso brasileiro. Assim, destaca-se neste artigo o engajamento com o desenvolvimento nacional esperado dos graduandos de Administração Pública, que elaborarão como componente essencial de suas carreiras profissionais o empenho com o desenvolvimento geral do país (Brasil. Conselho Nacional de Educação 2014).

Nessa conjuntura, o gestor público adquire um papel essencial na aplicação das Diretrizes Curriculares. Sobre isso, Penengo (1997) já trazia a ideia de que no novo século XXI o administrador teria a necessidade de se internacionalizar e acompanhar as tendências globais de abertura e integração, e que as realidades globalizadas demandam conhecimentos de geopolítica, de operações e regulamentos internacionais, de ações e reações de outros países e de outras culturas como requisitos e necessidades.

Nessa mesma lógica, Fernando Duque (2006) disserta sobre a função do administrador público, afirmando que assim como um maestro coordena músicos para criar uma melodia harmoniosa, o gerente público deve liderar sua equipe com precisão, ajustando a estrutura organizacional conforme necessário para atingir altos níveis de eficiência e cumprir os objetivos públicos. A falta de coordenação pode comprometer o desempenho, destacando a importância do conhecimento e entendimento de diferentes contextos da “orquestra”, que neste caso é a Administração Pública (Duque 2006).

Por isso, essa demanda pela compreensão de diferentes contextos da “orquestra” cria uma necessidade por internacionalização e entendimento das dinâmicas globais, o que reforça a importância de os administradores públicos terem uma formação que os tornem capacitados e dotados de habilidades críticas e de análise para atender o compromisso nacional com o desenvolvimento. Assim, é indispensável compreender a real função da Administração Pública e a quem ela é destinada, e, em relação a isso,

Vieira (2023) faz a seguinte afirmação:

A Gestão Pública se dedica a quem? A resposta é: à comunidade política afetada pelo problema social. Em geral, isso significa o Estado, mas pode ser uma comunidade política muito menor, como um bairro ou um município que integra um Estado, ou muito maior, como a comunidade internacional que integra todos os Estados. A Gestão Pública não serve ao governo ou à Administração Pública, responsáveis respectivamente por dirigir politicamente o Estado e por implementar suas decisões. A Gestão Pública serve à polity, a uma comunidade política, capaz de mobilizar recursos numa coletividade organizada, por meio de atores governamentais e da sociedade civil, que detêm responsabilidade e compromisso com a resolução dos problemas sociais. (Vieira 2023, p.33)

A definição de Vieira (2023) destaca que a Administração Pública deve estar profundamente interligada às necessidades e aspirações da comunidade que serve, portanto, a educação digna dos futuros profissionais do campo que estimule sua plena eficiência é crucial para garantir que o desenvolvimento nacional percorra diferentes contextos, indo desde os municípios até as redes internacionais. Nesse ponto, a relação entre a Gestão Pública e o cenário global se torna ainda mais evidente a respeito do compromisso com a resolução dos problemas sociais.

À vista disso, outro artigo das Diretrizes Curriculares a ser destacado é o Artigo 3º, que salienta a importância dos cursos de Administração Pública propiciarem um ensino humanista e crítico, para que tornem seus discentes aptos a trabalharem no campo de Administração Pública. Enfatizando a necessidade de uma formação que disponha de conhecimentos que contribuam para que os futuros profissionais da área de Gestão Pública atuem em contextos variados, incluindo-se nisso a esfera internacional (Brasil. Conselho Nacional de Educação 2014). Dessa forma, os cursos devem habilitar seus estudantes a compreender as dinâmicas globais, ofertando uma abordagem que expanda as perspectivas do administrador público, tornando-o competente para lidar com questões complexas que ultrapassam as fronteiras nacionais. Adicionalmente, a formação baseada nas Diretrizes Curriculares, em especial no artigo 3º e no artigo 5º, não acontece de maneira isolada, pelo contrário, existe uma integração significativa entre capacitações gerais e específicas. Por isso, a aptidão de atuação em contextos além dos nacionais e a promoção do desenvolvimento são integralizadas de forma que o administrador consiga aplicar estes fundamentos de modo abrangente.

Dessa maneira, diante do exposto, em relação ao valor das RI para a estrutura público-administrativa e, conseqüentemente, a formação dos agentes que a constituem, Castelazo (2010) traz a ideia de que:

[...] para lidar exitosamente con los problemas de la economía, requieren de un quehacer administrativo público serio y bien estructurado. [...]

Como se puede apreciar, satisfacer cada uno de estos requerimientos obliga a instrumentar decisiones y políticas públicas que como tales demandan la conjunción de instituciones públicas, privadas y sociales, que deben coordinar sus diagnósticos, pronósticos y acciones y hacer un seguimiento puntual para evaluar todo el proceso antes, durante y después del desarrollo del mismo.

Aparentemente todo este engranaje de políticas tiene que ver exclusivamente con la política interior, pero no es así, porque el contexto global ha de influir en todo momento en el sentido de brindar orientación a las políticas públicas. Y es ahí donde se entiende el vínculo indispensable entre política interior y exterior, con objeto de participar en el entorno internacional sin menoscabo de la soberanía, la autodeterminación, la independencia y la autonomía (Castelazo 2010, p.107)

Nesse sentido, ressalta-se a complexidade e a interdependência das políticas públicas no cenário contemporâneo ao entender-se que o processo de formulação e implementação delas deve ser minuciosamente acompanhado e avaliado, considerando tanto o contexto interno quanto o externo. Além disso, a ideia de que as políticas internas são influenciadas pelo contexto global destaca a importância das RI, que orientam e moldam as decisões nacionais sem comprometer a soberania e a autonomia do país, demonstrando que esse vínculo entre política interna e externa é crucial para que os países possam se posicionar de maneira efetiva no cenário internacional e buscar por se desenvolver nacionalmente. Assim, as RI não apenas influenciam, mas também potencializam a Administração Pública, logo, um administrador público bem-preparado deve compreender e valorizar as RI como um componente essencial de suas funções, visando promover políticas públicas que atendam às necessidades internas enquanto dialogam com as dinâmicas e exigências do cenário global.

### 3. Apresentação dos dados e análise dos resultados

Na seção anterior, procurou-se compreender a real importância do entendimento das RI para os gestores públicos e para a Administração Pública nacional em geral, e ao mesmo tempo criou-se uma base teórica para que a investigação dos currículos encontrados tivesse maior integridade.

Nesta parte do artigo são apresentados e analisados os resultados da sua pesquisa. Entretanto, previamente, faz-se uma apresentação da estratégia de pesquisa que foi utilizada, especialmente a forma de coleta de dados. Inicialmente, analisaram-se quais universidades estaduais brasileiras possuíam o curso de Administração Pública em seus currículos<sup>5</sup>, em que, a partir do site do MEC<sup>6</sup>, obtiveram-se dados de que das 40 universidades estaduais existentes no Brasil, 18 oferecem graduação em Administração Pública. Posteriormente, uma vez identificadas as instituições nas quais o curso se encontrava, investigaram-se os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), ementas disciplinares e matrizes curriculares vigentes disponibilizados publicamente pelas universidades para a obtenção dos dados para a análise. Essa coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2024 e possibilitou uma caracterização mais aprofundada sobre a presença da área de RI na formação dos gestores públicos. Como retratado no Gráfico 1, das 18 universidades que oferecem o curso superior em Administração Pública, apenas treze 13 tiveram seus PPCs de público acesso avaliados. As outras cinco universidades não os tiveram avaliados em virtude de os referidos PPCs não se encontrarem publicamente disponíveis e nem responderam após a tentativa de contato<sup>7</sup>.

Sendo assim, é importante considerar-se os anos de publicação dos PPCs vigentes das universidades que possuem eles disponibilizados publicamente, que são os seguintes:

---

5. Faz-se necessário aqui um esclarecimento em relação à designação dada aos cursos analisados: entraram neste estudo apenas os cursos de graduação intitulados de “Administração Pública” das universidades estaduais brasileiras, excluindo-se aqueles com nomes como “Gestão Pública”, “Políticas Públicas” e de outras possíveis denominações.

6. A saber: <https://emec.mec.gov.br/>

7. Cabe explicar, em relação a isso, que fez-se uma solicitação dos PPCs via e-mail para as universidades que não possuíam ele disponível no site institucional, porém, sem retorno após contato.

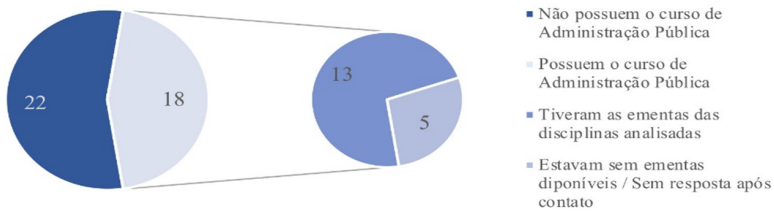


Figura 1. Universidades estaduais que:

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 1. Ano de publicação do PPC vigente das universidades analisadas

Universidade	Ano de publicação do PPC
Universidade Estadual do Ceará - UECE	2021
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	2015
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	2008
Universidade Estadual de Maringá - UEM	2022
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	2024
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	2024
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF	2023
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP	2023
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	2022
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	2022
Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) - UEFS	2021
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	2013
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS	2022

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que esta caracterização da presença de conteúdos de RI nas disciplinas dos cursos fosse mais precisa, utilizou-se uma escala de classificação com variáveis como a carga horária, a obrigatoriedade das disciplinas e o nível de profundidade dos temas abordados nas RI foram levadas em conta. Conforme demonstra o Quadro 2 a seguir:

Tabela 2. Critérios de pontuação

Pontuação	Carga-horária	Obrigatoriedade	Aprofundamento
1	30 – 45	Eletiva/optativa	Tema quaternário – subtema de algum tópico ou para fins comparativos
2	46 – 60	Obrigatória	Tema terciário – não é um tema principal da disciplina, porém é um tópico da ementa
3	61 – 75		Tema secundário – não é tema principal da disciplina, porém é abordado mais de uma vez nos tópicos da ementa
4			Tema primário – tema principal da ementa (título já indica)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que os escores finais de cada disciplina sob análise fossem calculados utilizou-se da seguinte função:  $f(x) = ((\text{pontuação obtida na carga-horária}/3) + (\text{pontuação obtida na obrigatoriedade}/2) + (\text{pontuação obtida no aprofundamento}/4)) \cdot (5/3)$ . Em que os números pelos quais as pontuações são divididas se justificam por: São o número de possibilidades de pontos que se pode pontuar naquele critério, e o número 5/3, pelo qual toda a operação é multiplicada no final, se justifica por: 5 é a pontuação máxima e 3 é o número de variáveis/critérios considerados no quadro.

A carga horária é uma variável importante, pois sua análise permite entender a profundidade com que o conteúdo foi explorado, refletindo o tempo que o aluno dedicou ao estudo, de modo que uma carga horária mais extensa significa que há uma maior oportunidade de se aprofundar no assunto. A obrigatoriedade também foi escolhida como uma variável, pois indica a importância que o curso atribui a determinado tema, de forma que, quando uma disciplina é obrigatória, isso sinaliza que seu conteúdo é considerado fundamental para a formação do profissional, enquanto disciplinas eletivas, em contrapartida, são vistas como complementares, mas não essenciais. A última variável considerada foi o nível de profundidade, pois ela oferece uma oportunidade de examinar com maior precisão a inserção das RI na disciplina, sendo, para isso, subdividida em quatro níveis em que os conteúdos de RI poderiam aparecer: como “Tema primário”, que indicava como tema principal da disciplina; como “Tema secundário”, que indicava como um tema não principal da disciplina, mas que apareceu mais de uma vez nos tópicos da ementa; como “Tema terciário”, que indicava como um tema não principal da disciplina, mas que é abordado em algum tópico da ementa; e como “Tema quaternário”, que indicava como algum subtema de um tópico da ementa ou para fins comparativos.

A partir da aplicação dessa escala de classificação pôde-se ter uma melhor consciência em relação à abordagem de assunto de RI nos cursos de Administração Pública das universidades estaduais brasileiras. Com base nela, calculou-se as médias de pontuação obtidas pelas disciplinas examinadas e, fundamentado nisso, observou-se a frequência

dos maiores e menores valores obtidos, a frequência deles e a média geral de todos juntos. Acredita-se que essa análise não apenas evidencie a existência, mas também a importância das disciplinas dessa área, ajudando a aprimorar a formação acadêmica em Administração Pública e fomentando uma perspectiva mais abrangente e sólida sobre a atuação dos gestores públicos no Brasil.

A seguir, são apresentadas as análises dos dados coletados. Primeiramente, são apresentados os cursos sob estudo, suas disciplinas e o caráter dos conteúdos de RI presentes nelas, e depois a aplicação da escala e as informações reunidas a partir dela.

Para estruturar a forma como os conteúdos referentes às RI são tratados e identificar os temas mais frequentes dessa área nos cursos de Administração Pública das universidades estaduais, organizou-se eles em eixos, levando em consideração a natureza do que era abordado sobre RI nas disciplinas. Foi realizada uma análise de 84 disciplinas que mencionaram temas de RI em suas descrições, resultando na identificação de 6 eixos de conteúdo, sendo eles: economia, meio ambiente, políticas públicas, direito, gestão, aqueles que tratam especificamente de RI e outros, que não se enquadraram em nenhuma das seis categorias descritas.

Analisando as categorias de objetos presentes, vê-se que os temas que se enquadraram em economia foram os mais presentes dentro das disciplinas examinadas, em que 30 delas tratavam de temas de RI que se relacionam a aspectos econômicos como demonstrado no Gráfico 2. Além disso, outros eixos que se destacaram foram os de políticas públicas e gestão, com 13 e 14 disciplinas mesclando RI com estes assuntos respectivamente. Em contraponto, tem-se que os temas de RI que menos se revelaram presentes dentro dos cursos de Administração Pública foram os de direito, com 6 disciplinas tratando do assunto em âmbito internacional, e de meio ambiente, com 8 disciplinas tratando do mesmo.

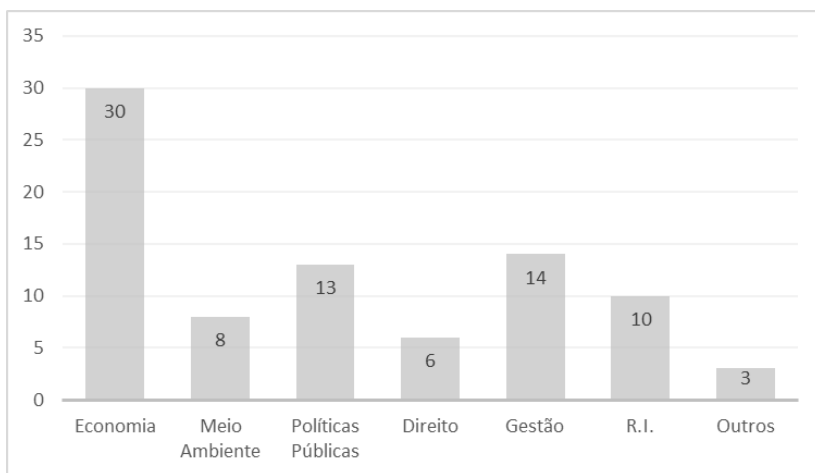


Figura 2. Eixos de conteúdo das disciplinas que apresentaram temáticas de RI

Fonte: Elaborado pela autora.

Depreende-se disso a imensa discrepância entre a presença de disciplinas que tratam-

sem de economia dentro das RI com a de disciplinas que tratassem dos demais tópicos dentro delas, demonstrando a diferença na importância dada para temas econômicos e para os demais dentro das disciplinas de RI dos cursos de Administração Pública das universidades estaduais brasileiras. Ademais, compreende-se que, economia, sendo o eixo de conteúdo mais presente que apresenta e incorpora aspectos das RI, demonstra a necessidade latente dos administradores públicos compreenderem o contexto globalizado de interdependência econômica entre os países.

Em complemento a esta análise, verificou-se a pontuação de cada uma das disciplinas sob estudo, com base nos critérios do Quadro 2 apresentada anteriormente. A partir disso, revelou-se um diagnóstico referente a qualidade das disciplinas, em que as de pontuações baixas possuíam pior nível ao apresentarem menor carga horária, aprofundamento e/ou falta de obrigatoriedade e as de pontuações altas o oposto disto.

A maior possibilidade de média de pontuação era de 5 pontos, em que a disciplina recebia pontuação máxima em todos os critérios sob análise, possuindo de 61 a 75 horas de carga horária, obrigatoriedade no currículo e aprofundamento pleno do tema de RI, tendo elas como objeto primário de estudo. Em oposição a isso, a menor possibilidade de média de pontuação era de 1,8, em que se obteve a pontuação mínima em todos os critérios de avaliação, tendo de 30 à 45 horas de carga horária, caráter eletivo/opcional e aprofundamento ínfimo das RI, tendo elas como tema quaternário da disciplina, sendo subtema de algum tópico da disciplina ou usadas apenas para fins comparativos.

A média de pontuação mais alta identificada foi a máxima que poderia ser atingida, de 5 pontos, apresentada por 4 das 84 disciplinas e a mais baixa foi a mínima, de 1,8 pontos, exibida em 2 disciplinas. Observa-se também que as pontuações mais frequentes foram de 3,6 e 3,2, com 19 disciplinas apresentando cada uma delas, e, além disso, fazendo a média de todas as pontuações obtidas tem-se que a média geral das 84 disciplinas estudadas é de 3,6 pontos (Gráfico 3). Em virtude disso, constata-se que a maioria das disciplinas está com a pontuação próxima da média geral, tendo poucas que apresentam os extremos de qualidade (máximo e mínimo) e desviam do padrão mediano das disciplinas de conteúdos de RI.

Em resumo, a análise demonstra uma média relativamente baixa e mediana considerando-se as variáveis estabelecidas a partir do Gráfico 1 de pontuação, o que não necessariamente representa um resultado bom para as disciplinas dos cursos sondados, demonstrando uma necessidade de revisão curricular para que mais cursos possuam disciplinas que compreendam cargas-horárias e aprofundamentos satisfatórios para uma formação robusta e completa dos administradores público, que necessitam do entendimento sobre o funcionamento da esfera pública em contextos variados. Porém, a existência das disciplinas analisadas já pode demonstrar um possível avanço no entendimento da indispensabilidade da conjuntura global para a Administração Pública do país e, conseqüentemente, para formação dos administradores públicos.

#### 4. Considerações Finais

Os achados da pesquisa confirmam e trazem uma melhor compreensão da importância das RI para a formação dos administradores públicos conforme evidenciado pelos dados coletados e as literaturas especializadas exploradas. Porém verificou-se que

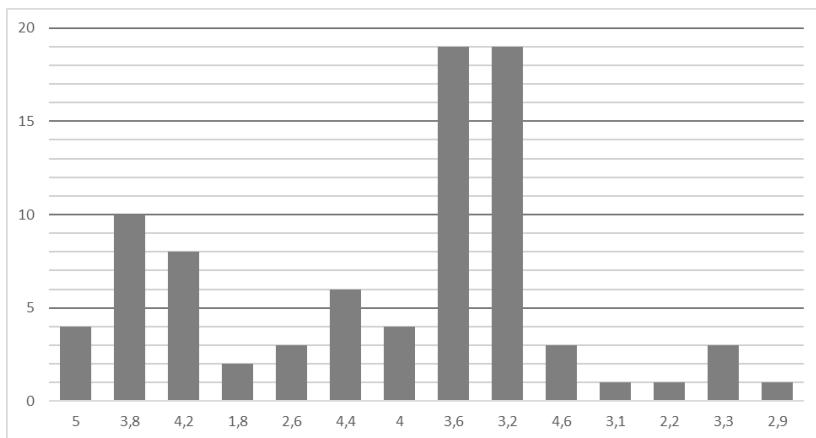


Figura 3. Frequência das médias de pontuações das disciplinas

*Fonte:* Elaborado pela autora.

apesar da presença da abordagem de conteúdos de RI e de seus ramos nas disciplinas dos cursos de Administração Pública das universidades estaduais brasileiras, ela ainda é muito escassa e restrita em termos de profundidade e de englobamento. Tendo-se em mente a dimensão das RI no cenário contemporâneo, pode-se inferir que a discrepância entre a abordagem de temas econômicos em relação aos demais tende a ser limitante, pois, apesar de extremamente relevante e indispensável a compreensão das relações econômicas em âmbito global, é importante também que administradores públicos possuam uma visão ampla da dinâmica internacional, que não se restrinjam à perspectiva econômica.

Verificou-se ainda que, embora haja a inclusão de conteúdos relacionados a RI nas disciplinas dos cursos sob estudo, as pontuações médias delas sugerem que há um longo caminho a ser percorrido para que se alcance uma formação robusta e alinhada às Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de Administração Pública e às demandas globais do mundo globalizado. Por isso, questões como pequena carga horária, não obrigatoriedade e falta de aprofundamento em disciplinas com temas tão relevantes para os administradores públicos como os de RI ainda precisam ser tratados por meio de reformas curriculares.

Assim, o presente estudo contribui para a compreensão da relevância das RI na formação dos administradores públicos, ao mesmo tempo que destaca a importância de uma abordagem ampla e integrada para que o ensino de Administração Pública no Brasil forme profissionais capazes de atuar em diferentes esferas e que compreendam o contexto em que o país está inserido no mundo. Ademais, ao abordar essas questões, este trabalho busca não apenas identificar pontos críticos na formação acadêmica, mas também posteriormente abrir caminhos para fortalecer a capacitação de administradores num mundo globalizado. Além disso, este estudo também pode inspirar futuras pesquisas que aprofundem a dimensão regional do ensino de RI nos cursos de Administração Pública. Seria pertinente, por exemplo, examinar como as diferentes

regiões do Brasil abordam a formação internacional desses profissionais, levando em conta as características econômicas, políticas e culturais locais. Essas investigações poderiam incluir um mapeamento das iniciativas dos estados brasileiros no cenário internacional. Esses novos enfoques poderiam enriquecer o debate sobre a formação de administradores públicos e demais profissionais do Campo de Públicas no país, ampliando nossa compreensão sobre a conexão entre políticas públicas e as transformações do sistema internacional contemporâneo.

Portanto, é fundamental que os currículos promovam não apenas capacitação técnica, mas sim uma formação robusta que promova uma visão crítica e multidimensional da Administração Pública Brasileira em um contexto global, e, ao integrar de forma mais consistente as RI nos cursos, será possível alinhar a formação acadêmica às demandas contemporâneas, fortalecendo as capacidades do Estado brasileiro de desenvolver políticas públicas eficazes e alinhadas ao compromisso com o desenvolvimento nacional.

Recebido em: 01/02/2025.

Aprovado em: 23/04/2025.

## Referências

- Bitencourt, Betina Magalhães, Marília Bortoluzzi Severo e Shalimar Gallon. 2014. A interface entre a administração e as relações internacionais: uma abordagem emergente, coesa e necessária. *Cadernos UniFOA* (Volta Redonda), número 26, 47–62.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. 2014. *Resolução CNE/CES n. 1, de 14 de janeiro de 2014*. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 17–18. Brasília, DF.
- Castelazo, José R. 2010. *Administración pública: una visión de Estado*. 2ª edição. Cap. 5, p. 103–121. México: Instituto Nacional de Administración Pública.
- Duque, Fernando. 2006. El gerente público: un profesional indispensable para el desarrollo. *Cadernos EBAPE.BR* (Rio de Janeiro) 4 (4): 1–15.
- Gualazzi, Eduardo Lobo Botelho. 1985. Administração internacional do Estado. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* (São Paulo) 80:11–30.
- Penengo, M. 1997. O papel do gerente público em processos de mudança. *Revista do Serviço Público* (Brasília) 48 (1): 45–60.
- Pritchett, Lant. 2021. *National Development Delivers: And How! And How?* Relatório técnico. Acesso em: 18 jul. 2024. Cambridge: Harvard Kennedy School. <https://www.hks.harvard.edu/centers/cid/publications/faculty-working-papers/national-development-delivers>.
- Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books.

- UDESC. 2008. *Matriz curricular – vigência 2008/1*. Acesso em: 19 abr. 2024. Florianópolis. [https://www.udesc.br/arquivos/esag/id\\_cpmenu/699/Matriz\\_Curricular\\_\\_vig\\_ncia\\_2008\\_1\\_15591332674571\\_699.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/esag/id_cpmenu/699/Matriz_Curricular__vig_ncia_2008_1_15591332674571_699.pdf).
- . *Ementas do curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. [https://www.udesc.br/arquivos/esag/id\\_cpmenu/670/ementas\\_ppp\\_2007\\_15287211002053\\_670.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/esag/id_cpmenu/670/ementas_ppp_2007_15287211002053_670.pdf).
- UECE. *Grade curricular do curso de Administração Pública – Itapipoca*. Acesso em: 19 abr. 2024. Fortaleza. <https://mcuece.uece.br/moduloCursosUece/grade/listaDisciplinasPorCurso?cdCurso=809>.
- . *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. [https://www.uece.br/sate/wp-content/uploads/sites/58/2023/08/PPC\\_Adm\\_Publica.pdf](https://www.uece.br/sate/wp-content/uploads/sites/58/2023/08/PPC_Adm_Publica.pdf).
- UEFS. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública – EaD*. Acesso em: 21 abr. 2024. <https://drive.google.com/file/d/1nCZ6qMvkBxiw9yFuIVVVLQldTNO0WovC/view>.
- UEG. *Matriz curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Goiás. [https://www.ueg.br/exec/consulta\\_diretoria/?funcao=modal\\_matriz&variavel=86](https://www.ueg.br/exec/consulta_diretoria/?funcao=modal_matriz&variavel=86).
- UEM. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. <https://portal.nead.uem.br/cursos/graduacao/adp-ead.pdf>.
- UEMA. 2015. *Matriz curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. São Luís. <https://www.uemanet.uema.br/wp-content/uploads/2015/11/Matriz-Curricular-Administra%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica.pdf>.
- . *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2015/03/PPC-ADM.-PUBLICA-UEMANET.protected.pdf>.
- UEMG. 2018. *Projeto pedagógico do curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. Belo Horizonte. <https://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq20180313180704PP.pdf>.
- UEMS. *Projeto pedagógico do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2025. Campo Grande. <https://www.uems.br/anexos/download/10370>.
- UENF. 2023a. *Grade curricular do curso de Administração Pública – 2023*. Acesso em: 19 abr. 2024. Campos dos Goytacazes. [https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2023/02/ADM\\_GRADE\\_2023.pdf](https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2023/02/ADM_GRADE_2023.pdf).
- . 2023b. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública – 2023*. Acesso em: 21 abr. 2024. [https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2023/02/PPC\\_2023.pdf](https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2023/02/PPC_2023.pdf).
- UEPB. *Componentes curriculares do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Campina Grande. <https://uepb.edu.br/proead/download/componentes-curriculares-administracao-publica>.
- UEPG. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública*. Acesso em: 15 ago. 2024. <https://www2.uepg.br/deadm/matriz-curricular-adm-publica-ead/>.
- UERGS. 2016. *Grade curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Porto Alegre. <https://uergs.edu.br/upload/arquivos/201607/05174605-grade-curricular-adm-publica.pdf>.

- UESPI. *Matriz curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Teresina. [https://nead.uespi.br/uploads/graduacao\\_Administracao\\_Publica.pdf](https://nead.uespi.br/uploads/graduacao_Administracao_Publica.pdf).
- UNEAL. 2016. *Grade curricular de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. <https://orientadorasedu.wordpress.com/2016/06/05/grade-curricular-de-administracao-publica-uneal/>.
- UNEB. 2016. *Matriz curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Salvador. <https://unead.uneb.br/wp-content/uploads/2021/06/MATRIZ-ADM-PUBLICA-2016.pdf>.
- UNEMAT. *Matriz curricular do curso de Administração Pública*. Acesso em: 19 abr. 2024. Cáceres. [https://ava2.unemat.br/adm/file.php/1/Matriz\\_Curricular\\_do\\_Curso\\_de\\_Bacharelado\\_em\\_Administracao\\_Publica.pdf](https://ava2.unemat.br/adm/file.php/1/Matriz_Curricular_do_Curso_de_Bacharelado_em_Administracao_Publica.pdf).
- . *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública*. Acesso em: 21 abr. 2024. [https://dead.unemat.br/portal/docs\\_curso/0905201717252754478-ppc-bacharelado-em-administracao-publica.pdf](https://dead.unemat.br/portal/docs_curso/0905201717252754478-ppc-bacharelado-em-administracao-publica.pdf).
- UNESP. 2023. *Resolução UNESP nº 143, de 22 de novembro de 2023*. Acesso em: 19 abr. 2024. São Paulo. <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/administracaopublica/resolucao-unesp-143-de-22-11-2023.pdf>.
- UNICAMP. 2024. *Catálogo de Disciplinas de Graduação 2024*. Acesso em: 5 mai. 2024. <https://www.dac.unicamp.br>.
- Vieira, Jaime Batista. 2023. *Fundamentos da gestão pública*. E-book, p. 33–54. Recife: Ed. UFPE. <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/850>.